



EDUCAÇÃO

25% dos alunos deixam universidade após 1º ano

Relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico mostra que evasão no ensino superior no Brasil é quase o dobro da média internacional. Já aqueles que concluem a graduação são 49% do total dos ingressantes — a média mundial é de 70%

» LETÍCIA CORRÊA*
» RAFAELA BOMFIM*

Um em cada quatro estudantes brasileiros abandona o curso em que está matriculado no ensino superior depois do primeiro ano. É o que adverte o relatório *Education at a Glance (EaG) 2025*, elaborado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne informações sobre matrículas, desempenho e estrutura educacional em 38 países-membros e parceiros — entre eles o Brasil.

O abandono no ensino superior no país é mais elevado do que no restante da OCDE. Entre os ingressantes, 25% deixam o curso depois do primeiro ano, enquanto a média dos demais países é 13%. Mesmo após três anos do prazo regular de conclusão, apenas 49% dos estudantes terminam a graduação — a média internacional chega a 70%. Com o resultado, só 24% dos brasileiros de 25 a 34 anos completam o ensino superior, percentual que corresponde a quase metade da média da organização, de 49%. O relatório aponta que as altas taxas de evasão no Brasil podem estar relacionadas à falta de orientação profissional e de suporte aos novos ingressantes no ensino superior.

No Brasil, 53% das mulheres concluem o bacharelado no prazo esperado ou em até três anos depois do término previsto, contra 43% dos homens. Essa diferença de nove pontos percentuais entre os gêneros masculino e feminino é menor que a média da OCDE — de 12 pontos.

Outro dado recolhido pelo relatório é que, enquanto a mobilidade estudantil cresce na maioria dos países, no Brasil permanece praticamente estagnada. Entre 2018 e 2023, a média da OCDE de estudantes internacionais passou de 6% para 7,4% do total, mas, no Brasil, ficou em apenas 0,2%.

Segundo o levantamento, brasileiros entre 25 e 64 anos com diploma de ensino superior recebem remunerações, em

Reforço da Marinha à proteção da Amazônia Azul

Reprodução/Royal Navy



A Marinha assinou, ontem, o contrato de aquisição do “HMS Bulwark” (L-15) junto à Real Marinha Britânica. A embarcação pertence à classe “Albion”, ao lado do seu irmão-gêmeo “HMS Albion”, e é classificada como um modelo doca-multipropósito — com capacidade de atuar em um amplo espectro de operações, desde as militares às ações humanitárias. A previsão é de que passará a integrar a esquadra brasileira em 2026. O “HMS Bullwark” tem 176 metros de comprimento, deslocamento de 18.500 toneladas, capacidade para até 710 militares e velocidade média de 18 nós — aproximadamente 34km/h. “A aquisição do ‘HMS Bulwark’ constitui um marco no esforço de recomposição do núcleo do poder naval. A Marinha reafirma seu compromisso com a ampliação da capacidade de presença em áreas de interesse e com a condição de eficiência adequada para atuar em diferentes cenários”, frisou o comandante da Marinha, almirante Marcos Olsen.

média, 148% maior do que aqueles que concluíram apenas o ensino médio. O percentual supera a média da OCDE, de 54%. Apenas a Colômbia (150%) e a África do Sul (251%) apresentam diferença maior.

O relatório aponta outro desafio: quase um quarto (24%) dos brasileiros de 18 a 24 anos não estuda nem trabalha, um índice acima da média da OCDE, de 14%. Nessa condição, estão 29% das

mulheres contra 19% dos homens.

A OCDE indica que, em 2022, o Brasil investiu pouco em educação. Segundo o levantamento, foram gastos US\$ 3.765 por aluno no ensino superior, o que corresponde a aproximadamente R\$ 20 mil — a média entre os países da organização é de US\$ 15.102, em torno de R\$ 80 mil. Porém, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira contesta os

dados da OCDE e afirma que estão equivocados, tanto que solicitou uma revisão dos números. De acordo com Cristyne Carvalho, coordenadora de Estatística Internacional Comparada do Inep, a metodologia da pesquisa feita pela OCDE divide o gasto total por todos os alunos do ensino superior, sejam eles de universidades públicas ou particulares. A distorção nos dados estaria no fato de que o governo brasileiro não

computa investimentos para instituições privadas.

Apesar de ter foco no ensino superior, o relatório também divulgou os investimentos públicos em escolas de ensino básico e mostra a disparidade entre as duas etapas do ensino. O Brasil destina três vezes menos que os países “ricos” na educação básica.

* **Estagiárias sob a supervisão de Fábio Grecchi**

Um retrato preocupante de quem faz faculdade

- » Brasileiros com diploma universitário ganham 148% a mais do que quem tem apenas ensino médio (média da OCDE: 54%).
- » 25% abandonam a graduação no primeiro ano (média da OCDE: 13%).
- » Apenas 49% concluem o curso mesmo após três anos do prazo regular (média da OCDE: 70%).
- » Só 24% dos jovens de 25 a 34 anos finalizam o ensino superior (média da OCDE: 49%).
- » 94,9% dos adultos brasileiros com diploma têm apenas graduação (média da OCDE: 47,4%).
- » O Brasil tem apenas 14% de jovens com mestrado (média da OCDE: 16,5%).
- » Apenas 29% dos doutores atuam nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) (média internacional: 43%).
- » A proporção de estudantes estrangeiros no Brasil permanece em 0,2% (na OCDE, passou de 6% [2018] para 7,4% [2023]).
- » 33% do corpo docente acadêmico tem 50 anos ou mais (média da OCDE: 40,7%).
- » 24% dos jovens de 18 a 24 anos estão sem estudar nem trabalhar (média da OCDE: 14%).



ALEXANDRE GARCIA

“OS ANTIGOS DETENTORES DA ‘OPINIÃO PÚBLICA’ SENTIRAM A PERDA DO PODER DE EDITAR O BRASIL. A REUNIÃO DE PAUTA JORNALÍSTICA JÁ NÃO CONSEGUE ESCOLHER SE O POVO NÃO PODE SABER”

Povo independente

Semana passada, comemoramos os 203 anos de nossa independência, quando a regente Leopoldina, em 2 de setembro de 1822, ouvido o Conselho de Estado, assinou o decreto que separou o Brasil do Reino de Portugal. O príncipe Pedro estava em São Paulo e, cinco dias depois, ao receber a notícia, teria clamado um “Independência ou Morte”.

Pedro Américo, 66 anos depois, imaginou e pintou o quadro que nos mostra uma cena clássica e majestosa. Em 1972, o grito foi “autenticado” por Tarcísio Meira, no filme de Aníbal Massaini e Carlos Coimbra. O movimento feminista perdeu essa dívida da história, talvez porque a autora de nos-

sa independência seja não do proletariado, mas da nobreza austríaca. Ou talvez porque já tínhamos a mania de dar mais importância à propaganda que ao fato em si — porque o historiador acredite que a espada é mais forte que a caneta. Restou nas bandeiras nacionais — a imperial e a republicana — o amarelo dos Habsburgo, de Leopoldina, abraçado pelo fundo verde, dos Bragança.

A Constituição do Império, a mais duradoura que tivemos, foi escrita em nome da Santíssima Trindade. O povo só aparece na Constituição da República, de 1891. A partir disso, tudo foi feito no santo nome do povo. Em seu nome, alguns tinham o direito de votar em todas as elei-

ções, outros só nas provinciais e outros só nas locais.

As eleições eram fraudadas e a República envelheceu rápido: “Velha República”. A Revolução de 1930, que começou com um assassinato passional do candidato a vice de Getúlio Vargas, João Pessoa, não chegou a empolgar o povo, mas os gaúchos amarraram seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco. Em 1932, os paulistas se levantaram exigindo a Constituição que a revolução de Vargas derrogara. Em 1964, Igreja e os jornais estimularam o povo, que encheu as ruas das capitais exigindo a derubada de João Goulart.

Agora as ruas estão cheias de novo, clamando de novo pela Constituição, liberdades e jus-

tiça. Os eleitos não conseguem manter o país com estabilidade, segurança pública, política, jurídica. Os meios de informação de massa sempre foram os grandes influenciadores da chamada opinião pública — que, na verdade, não era o povo, mas os que editam o que é publicado.

Em 28 de julho de 2020, o então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffi, empolgado, proclamou que “nós somos editores de um país inteiro”. Ele se referia ao controle, ou censura, nas redes sociais, que deram voz a cada pessoa. Voz digital e universal, não mais a voz que se resumia aos circunstâncias, se não tivesse à sua disposição o papel impresso, o microfone, a câmera de tevê.

Finalmente, o povo estava presente no Brasil, com voz — a voz digital. E, mais ainda, agora com um jovem santo padroeiro, São Carlo Acutis. Já não eram a Santíssima Trindade do Império, nem o povo sem voz da República.

A Geração Z, os que já nasceram na era digital, levantaram-se contra o governo esquerdista do Nepal, que quis calar suas vozes digitais que denunciavam corrupção. Queimaram os Três Poderes. Aqui, os antigos detentores da “opinião pública” sentiram a perda do poder de editar o Brasil. A reunião de pauta jornalística já não consegue escolher se o povo não pode saber. As redes também mostram mentira, sim, mas, no minuto seguinte, a mentira já está desmascada.

rada na própria plataforma do mentiroso. A liberdade, hoje, é a liberdade da voz digital.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no discurso do 6 de setembro, reforçou sua teimosia em censurar as redes para “proteger as crianças, evitar racismo, ódio, pedofilia, golpes”. Mas já existe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código Penal. São eficazes para conter crimes nas redes e ensinar indenizações — e para expor o desejo da censura política, que contraria os artigos 5 e 220 da Constituição.

Melhor levar democracia a sério, porque a origem do poder acompanha os fatos e as atitudes de seus servidores no Estado brasileiro.